

Empresários se posicionam contra o aumento do ICMS na Bahia

HENRIQUE BRINCO
REPORTER

Entidades comerciais de vários municípios baianos assinaram um manifesto repudiando o aumento do Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), cujo alíquota base no estado sofrerá acréscimo de 1,5%, sendo alterada de 19% para 20,5%. No documento, elas alegam que o projeto é uma "grave ameaça aos direitos e aos interesses dos cidadãos baianos", e que a justificativa do governo estadual, de que o aumento é necessário para compensar a perda de arrecadação decorrente da decisão do STF, "não pode prosperar".

"O mesmo pretexto de perda de arrecadação foi invocado há poucos meses, pelo mesmo governo, para aumentar a alíquota do ICMS de 18% para 19%. Trata-se de estratégia recorrente e perigosa, que visa extrair mais recursos dos contribuintes, sem reduzir os gastos públicos", diz um trecho do comunicado. As entidades



dizem que o problema não é a receita, mas sim, a despesa. "Deste modo, acreditamos que os estados da Federação, de uma forma geral, precisam cortar os gastos excessivos, os desperdícios, os privilégios e as ineficiências que comprometem o equilíbrio financeiro e a capacidade de prestar serviços públicos com qualidade e efetividade".

O manifesto alerta que o aumento do ICMS, vai encarecer ainda mais o custo de produção, desestimulando os investimentos em nosso esta-

do, gerando desemprego e favorecendo a sonegação e a informalidade. Ainda segundo o coletivo, o projeto também prejudica o consumidor baiano, principalmente o mais pobre. "O aumento do ICMS vai repercutir nos preços dos bens e serviços, elevando o custo de vida e reduzindo o poder de compra e o bem estar das famílias baianas". Subscrevem a carta, entre outras associações comerciais de Salvador e do interior da Bahia, a ABRASCE, ABRASEL, SINDICOMBUSTÍVEIS, SINDI-LOJAS.

A FECOMÉRCIO também se pronunciou sobre o aumento do ICMS aprovado pela Assembleia Legislativa

A Fecomércio também se pronunciou. "Diferente do que informou o deputado Rosemberg Pinto (PT) em entrevista à imprensa, os empresários jamais consentiram com a proposta de aumento no ICMS. Pelo contrário: a posição do empresariado foi tornada pública em manifesto contra o projeto de lei e apelava ao Legislativo pela não aprovação do texto", diz a federação. "Num momento crítico para a economia baiana, o segmento entende que é nocivo o aumento do imposto. Neste sentido, nas reuniões que foram realizadas, foram apresentadas diversas alternativas ao projeto, desde a simples suspensão, mas também seu adiamento, ou uma aplicação de alíquota menor num primeiro momento para uma aplicação gradual, entre outros. Nossa posição não mudou", completa.

'Agrava a crise do transporte', diz Bruno Reis sobre imposto

MATEUS SOARES E HENRIQUE BRINCO
REPÓRTERES

Ontem, em conversa com a imprensa, o prefeito Bruno Reis (União Brasil) teceu críticas ao reajuste feito na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) no estado para 20,5%, proposto pelo governo de Jerônimo Rodrigues (PT) e aprovado na última terça-feira na Assembleia Legislativa da Bahia (ALBA).

Essa medida, de acordo com Bruno Reis, só agrava a crise existente no transporte público de Salvador. "Esse aumento só dificulta e agrava a crise do transporte público, porque vai incidir mais ICMS sobre o combustível e, infelizmente, quem vai pagar a conta é a população", lamentou.

A Prefeitura, ainda segundo o atual gestor da capital baiana, vem pleiteando uma redução do imposto sobre o óleo diesel e frisou que a Bahia é o único estado que não dá 1% de desconto no ICMS para o transporte público. Na ocasião, Bruno Reis destacou que a Bahia possui o maior ICMS do país.

Aos jornalistas presentes durante evento de assinatura da ordem de serviço para a requalificação da Avenida Jorge Amado, entre o Imbuí e a Boca do Rio, Bruno ponderou que a reforma tributária não é uma medida contra a capital, mas que vai afetar todo o estado. "Não é uma ação contra Salvador, é uma ação contra a Bahia. Vai dificultar a vinda de novos investidores, porque vai onerar os produtos e, a partir disso, os empresários terão que transferir esse aumento para os



Foto: Valter Pontes/PMS

BRUNO REIS teceu críticas ao reajuste feito na alíquota do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

produtos", emendou.

O presidente do PL na Bahia, João Roma, criticou a aprovação do projeto que elevou de 19% para 20,5% a alíquota do ICMS no Estado. "Só temos a lamentar a aprovação de um novo aumento de ICMS. A Bahia vai perdendo competitividade em relação a outros estados", disse Roma, em entrevista à Rádio Clube FM, de Vitória da Conquista. "Aí tem uma indústria de material de limpeza que já leva seus produtos para outros oito estados, mas agora está concorrendo com

outras empresas que pagam menos impostos em outros estados. A Bahia perde competitividade para Goiás, Minas Gerais, Espírito Santo", enumerou Roma.

Durante a votação, o deputado Dr. Diego Castro (PL) classificou de "nefasto aumento arrecadatário" e foi sucedido ainda pelo deputado Hilton Coelho (Pso). Euclydes Fernandes (PT), por sua vez, defendeu a aprovação do projeto e disse que o governo precisa arrecadar para fazer o que o povo necessita e espera.

INVESTIGAÇÕES

PF acusa ministro de 'relação criminosa' com empreiteira

IG ÚLTIMO SEGUNDO

A Polícia Federal (PF) acusa o ministro das Comunicações do governo Lula (PT), Juscelino Filho (União Brasil-MA) de ter uma relação criminosa com o dono de um empreiteira suspeita de praticar desvio de dinheiro público em contratos com a Codevasf (A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do

Parnaíba), estatal controlada pelo Centrão.

A PF baseia sua acusação em mensagens trocadas entre o ministro e o empresário Eduardo José Barros Costa, conhecido como Eduardo DP. As conversas estão incluídas no relatório enviado ao STF (Supremo Tribunal Federal). Na época, Juscelino era deputado federal. As conversas em posse da PF são do período entre 2017 e 2020.

Segundo a PF, o ministro tinha "função na Orgrim (organização criminosa) conhecida por todos os membros" do suposto grupo chefiado por Eduardo DP.

Terroristas - A Polícia Federal deflagrou, ontem, uma operação que mira alvos acusados de premeditar atentados terroristas no Brasil. As buscas ocorreram em São Paulo, Minas Gerais e no Distrito Federal. A PF

cumpriu 11 mandados de busca e apreensão e dois de prisão temporária expedidos pela Justiça Federal de Minas Gerais. A corporação afirma que a operação foi lançada pela necessidade de interromper atos preparatórios de terrorismo e recrutamento de extremistas.

As suspeitas são de envolvimento do Hezbollah na preparação para ataques no país.

PARA LULA E EUA

Ameaça bélica da Venezuela vira problema

MARCELO GODOY
ESTADÃO CONTEÚDO

São cinco perguntas. Elas serão respondidas no dia 3 de dezembro pelos venezuelanos no referendo convocado pelo regime de Maduro para saber se o país deve anexar pouco mais da metade da vizinha Guiana. No momento em que o mundo vive as guerras da Ucrânia e de Gaza e assiste à ameaça chinesa a Taiwan,

a Venezuela leva adiante o plano de tomar o território de Essequibo, uma área de 159 mil km² rica em petróleo e minérios.

Trata-se de uma disputa territorial que tem origem no século 19, quando a Inglaterra reclamou a região como parte de sua Guiana. Uma arbitragem internacional patrocinada pelos EUA lhe deu razão. O resultado foi contestado pela Venezuela e nova discussão ocorreu em

1966, quando a Guiana se tornou independente. Tudo foi retomado agora por Nicolás Maduro.

Como resposta ao referendo do vizinho, a Guiana apelou à Corte Internacional de Justiça de Haia, a fim de que ação venezuelana seja declarada ilegal. A Corte se reunirá para examinar o caso no dia 14. O problema é que a disputa deixou de ser entre uma potência colonial e uma nação sul-americana para envolver

dois países da América do Sul. Enquanto isso, o ministro da Defesa da Venezuela, general Vladimir Padrino, manifesta-se diariamente pela anexação do território entre os Rios Cuyuni e Essequibo. O general, um dos homens fortes do regime, disse no dia 25 de outubro: "Nós nos somamos ao poder eleitoral nessa consulta popular para a defesa da Guiana Essequiba, um dever das e dos venezuelano".



NOTA DE ESCLARECIMENTO

O Instituto Geográfico e Histórico da Bahia faz registrar nos anais desta entidade a NOTA DE ESCLARECIMENTO face aos ataques cibernéticos, promovidos aparentemente por milícias digitais, em discurso de ódio e crimes contra a honra, bem como em face dos despropositados Comunicado e Nota Pública, emitidos pela Secretaria de Cultura do Estado da Bahia, em censura e ultraje à pessoa humana e ao livre debate intelectual que se realizará na Casa da Bahia.

A Bahia sempre se notabilizou como um Estado acolhedor, reconhecido pelo respeito às diferenças, aberto à diversidade e pautado pelo respeito às liberdades fundamentais, sem distinção de natureza religiosa, de opinião política ou de qualquer ordem, assim como estatuído no art. 2º, da Declaração Universal de Direitos Humanos.

Esclarece o IGHB que a conferência magna, denominada "A República ontem e hoje: um great reset no Brasil", abrirá uma série de palestras a serem ministradas, por notáveis expositores das mais distintas concepções, por ocasião do aniversário da importante data da Proclamação da República.

O tema da palestra de abertura não possui nenhuma incompatibilidade com o item 9.4, do Edital nº. 02/2017, vez que trata da Proclamação da República e seus desdobramentos históricos, não possuindo abordagem sobre questões religiosas, sexuais, entre outras citadas no Comunicado da SECULT.

Observa-se ainda que, ao contrário do veiculado pela Nota Pública da SECULT, especificamente na realização deste evento, não há realização de despesas com cachê, transporte, hospedagem ou publicidade, havendo apenas a confecção de card de caráter informativo e transmissão on-line da palestra, via plataforma gratuita do YouTube, não havendo qualquer promoção pessoal, como induziu o pérfido ato de censura.

Tampouco merece prosperar a solicitação de retirada da marca da pasta e do governo do Estado da Bahia de qualquer divulgação, seja porque o ato de divulgação já está consumado, seja porque tal pedido viola frontalmente o disposto na Cláusula Terceira, II, g, do Termo de Fomento, que impõe ao IGHB a divulgar "obrigatoriamente (...) a participação do Governo do Estado (...) em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada ao objeto, bem assim a marca (...), sob pena de ser considerado inadimplente, respondendo pelas restrições e sanções decorrentes".

Em virtude do art. 1º, do seu Estatuto Social, o IGHB rege-se pelo seu ato constitutivo e pela legislação aplicável, de sorte que, qualquer solicitação de prática em desconformidade com o ordenamento jurídico brasileiro não será considerada válida, onde se inclui todo e qualquer comportamento administrativo que viole os princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade administrativa, capazes de configurar improbidade administrativa de quem venha, eventualmente, pretender praticá-lo.

Convém recordar que o Termo de Fomento, assinado entre o IGHB e a SECULT, não adultera a personalidade jurídica de direito privado da perpétua entidade cultural, nem faz concessões a intromissões ilegais na gestão administrativa da Casa da Bahia, que é pautada pela independência e pela autonomia administrativa, salientando-se que os eventos realizados pela instituição não são e nunca serão submetidos previamente à avaliação ou censura de qualquer órgão estatal, seja qual for o governante, seja qual for a orientação ideológica.

O fomento da cultura é mecanismo de promoção social, apta a assegurar o respeito à diversidade, à inclusão social e o direito do cidadão de participar da vida em sociedade, subordinando-se tão-somente aos requisitos legais, previstos no art. 33, da Lei nº. 13.019, e jamais a patulhamento ideológico de um ou de outro grupo político. Portanto, o fomento cultural não poderá servir de ferramenta de controle de entidades culturais ou coordenação do pensamento dos indivíduos, nem para a exclusão de qualquer cidadão da participação social.

Ressaltando que a alteridade é fundamental para a construção do conhecimento aprofundado, o IGHB reafirma o seu imperecível compromisso de assegurar um ambiente livre ao debate de ideias, imbuído do espírito sintetizado magistralmente pela Profª. Dra. Daniela López Testa, nas seguintes palavras:

Lo cierto es que no hay nada mejor que discutir ideas en vez de dejarlas en un limbo. (...) Eso ya lo aprendimos de la historia. Las ideas se combaten con ideas superadoras, no con prohibiciones (Identidad constitucional: núcleo esencial de la Constitución de un país, Buenos Aires, Astrea, 2023, p.VI).

Salientamos que todos serão bem-vindos à Casa da Bahia, seja qual for a concepção do palestrante e de cada indivíduo que compuser o público.

Renovamos os votos de estima e prestamos nossa solidariedade ao público interessado em acessar o conhecimento amplo e irrestrito.

Salvador, 08 de novembro de 2023.
Joaci Fonseca de Góes
Presidente do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia